Certificado digitalmente por:
ROBSON MARQUES CURY



**SEI n° 0069301-36.2015.8.16.6000**

# ATA DE CORREIÇÃO-GERAL ORDINÁRIA

| |
|---|
| **ORDEM DE SERVIÇO Nº 70/2015** |
| **COMARCA: RIO BRANCO DO SUL** |
| **SERVENTIA: DISTRITAL DE ITAPERUÇU** |
| **DATA: 10/12/2015** |
| **EQUIPE CORREICIONAL DO FORO EXTRAJUDICIAL** |
| **CORREGEDOR DA JUSTIÇA ROBSON MARQUES CURY** |
| **JUÍZES AUXILIARES:**<br>**- Dra. Ângela Maria Machado Costa**<br>**- Dr. Guilherme Frederico Hernandes Denz** |
| **ASSESSORES CORREICIONAL:**<br>**- Eduardo Bueno de Oliveira**<br>**- Jorge Luiz Gomes Macedo**<br>**- Luiz Fernando Altheia Molinari**<br>**- Paulo Roberto A. de Mello** |
| **JUIZ (ÍZA) DE DIREITO CORREGEDOR (A) DO FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA** |
| **Dr. MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO** |
| **AGENTE DELEGADO (A)** |
| **Designado: Claudio David Bini Silla** |
| **Portaria n° 08/2015** |

## DADOS CADASTRAIS

| |
|---|
| Titular Designado: CLAUDIO DAVID BINI SILLA<br>Escolaridade: Superior completo<br>Data de Nascimento: 10/08/1982<br>Portaria nº 26/04, desde 07/12/2004 e Designação Portaria 08/2015 |
| Escrevente CLAUDETE BINI<br>Escolaridade: Ensino Médio<br>Data de Nascimento: 11/05/1965_<br>Portaria nº 22/92, desde 24/11/1992 |
| Escrevente: JESSICA COSTA ROSA<br>Escolaridade: Superior incompleto<br>Data de Nascimento: 05/01/1995<br>Portaria nº 01/2014, desde 07/02/2014 |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| |
|---|
| Escrevente: DAYELE NAIARA MARCOS<br>Escolaridade: Ensino médio<br>Data de Nascimento: 03/03/1995<br>Portaria nº 11/2015 desde 20/07/2015 |
| Empregados (CLT):<br>ALOISIO JOSÉ BINI SILLA<br>Escolaridade: Superior incompleto<br>Data de nascimento 30/10/1987. |
| Nome dos Juizes de Paz:<br>Titular: ANTEMAR JOSÉ ALVES Decreto nº 751/95, desde 08/11/1995<br>2º Suplente AIRTON CAVALHEIRO Decreto nº 475/15, desde 06/04/2015 |
| Endereço do Cartório:<br>Avenida/Rua: Av. São Pedro nº 15,<br>Bairro: Centro<br>Cidade: Itaperuçu/PR<br>CEP.: 83.560-000<br>Telefone(s): 41-3603-2371<br>Fax:<br>E-mail: claudiobini@hotmail.com / claudetebini@hotmail.com<br>Login do sistema mensageiro: 03292854911<br>O tabelionato funciona dentro do prédio do fórum?: Não<br>O tabelionato funciona acumulado a algum outro cartório? sim<br>Qual? Tabelionato de Notas<br>Número do Cadastro no CNPJ: 75.155.747/0001-18 |

Em ordem.

## DADOS ESTRUTURAIS

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **A.** A serventia está identificada como **Serviço Distrital**, sendo vedada a adoção do nome fantasia, podendo constar, em menor destaque, abaixo da identificação, o nome do agente delegado e suas atribuições (**CN, art. 53, Parágrafo único**)? | | |
| **B.** O espaço físico da serventia é condizente com a relevância dos serviços prestados e observa a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (**CN, art. 53**)? | | |
| **C.** A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no *caput* do artigo 1º da Resolução nº 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei nº 8935 (**CN, art. 54**)? | | |
| **D.** As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC (Lei Estadual n. 17.832 de 19.12.2013 e PCAs nºs 549- | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | | |
|---|---|---|
| 54.2011.2.00.0000 e 768-67.2011.2.00.0000), FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (**CN, art. 10, inc. IX e art. 39**)? | | |
| **E.** As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital (**CN, art. 10, VII**)? | | |
| **F.** A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas? | | |
| **G.** A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes (**CN, art. 10, IV**)? | | |
| **H.** A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo arquivamento da 2ª via (**CN, art. 10, X**)? | | |
| **I.** A serventia observa os termos da Recomendação nº 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (**CN, art. 10, II**)? | | |
| **J.** As irregularidades encontradas na correição anterior foram sanadas? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## COMUNICADO DE ARRECADAÇÃO BRUTA SEMESTRAL AO CNJ

► Primeiro semestre 2015– **R$ 166.482,46.**

## PARTE GERAL

## LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

## (CN, art. 19 e 667, inciso I e Ofício Circular n. 164/2013)

**1** Em uso o livro nº **08**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **1.2** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **1.3** Ao final de cada mês lança quadro resumo, indicando a receita (separadamente, nos casos de serviços cumulados) e a despesa total do período, com indicação expressa do saldo líquido alcançado, sem transportá-lo para o mês seguinte (**CN, art. 19, § 3º**)? | | |
| **1.4** Os livros apresentam escrituração diária e detalhada das receitas e das despesas da Serventia, sendo lançadas separadamente, devidamente identificadas pelo livro e folha em que o ato foi praticado, as receitas oriundas da prestação dos serviços. As demais receitas, tais como, reconhecimento de firma, autenticação, 2ª Via, certidões e traslados, serão discriminados pela quantidade desses atos, diariamente (**CN, art. 19, § 4º**)? | | |
| **1.5** Os lançamentos compreendem apenas os emolumentos percebidos como receita do notário e registrador, ou recebidos pelo responsável por unidade vaga, pelos atos praticados de acordo com a lei e com a tabela de emolumentos. Feito o lançamento de saída (pagamento) de valores recebidos para repasse a terceiros (por exemplo: aquisição de selos FUNARPEN), no livro deve haver, necessariamente, o correspondente lançamento de entrada (recebimento) da importância respectiva no caixa da Serventia, tudo devidamente discriminado. (**CN, art. 19, § 1º**)? | | |
| **1.6** São lançadas somente as despesas diretamente relacionadas ao serviço, não cabendo, ao reverso, o registro de despesas de caráter pessoal, de doações, ou de outras que intrinsicamente não se refiram ao serviço ou ao seu funcionamento, ou de caráter facultativo (p. ex. contribuição em razão de associação voluntária do tabelião a entidade de classe, associação ou contratação de profissional para tratar de assunto | | |



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

| | | |
|---|---|---|
| particular e CPC), sendo permitida a despesa efetuada com imposto sindical, de acordo com o Ofício Circular nº 59/2014 (**CN, art. 19, § 2º**)?<br>p. ex. ANOREG. | | |
| **1.7** Efetuou o recolhimento ao **FUNSEG** (Fundo Estadual de Segurança aos Magistrados – Lei Estadual nº 17.838/13 e Decreto Judiciário nº 205/2014) no percentual de 0,2% sobre o valor da arrecadação bruta do serviço delegado? Lembrando que o início do recolhimento terá como base o mês de janeiro de 2014 e o seu pagamento se dará até o dia 10 de fevereiro de 2014. | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

O Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) fixou critérios objetivos na avaliação das despesas passíveis de dedução, os quais deverão nortear o preenchimento do livro de receitas e despesas.

**I.** Despesas dedutíveis:

a – As despesas de custeio pagas e necessárias à manutenção das instalações físicas da serventia, tais como aluguel, condomínio, energia elétrica, higiene, água, telefone e manutenção do imóvel (v.g. pintura, reforma);

b – Tributos incidentes sobre o imóvel, tais como IPTU do imóvel onde instalada a unidade, mas também os tributos correlatos ao funcionamento da atividade delegada;

c – Aquisição de materiais de expediente, tais como papéis, carimbos, tintas, canetas;

d – Aquisição de material de informática (computadores e impressoras);



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

e – As despesas mensais referentes ao pagamento para utilização do software que vise informatizar o serviço delegado (aquisição e manutenção);

f – Os valores referentes a salários dos funcionários, encargos sociais correlatos (v.g. INSS e FGTS), e benefícios ofertados, desde que devidamente discriminados (qualificação profissional na área especifica da atividade notarial e registral, alimentação, transporte, auxílio saúde);

g – Valores gastos com serviços terceirizados (v.g. contador, segurança e limpeza);

As despesas acima descritas dispensam autorização do Juiz Corregedor e consideram-se necessárias à continuidade da prestação do serviço notarial e registral. No que diz respeito as demais despesas, é preciso que estejam relacionadas diretamente com a atividade notarial ou registral, e que sejam autorizadas pelo Juiz Corregedor.

**II.** Considera-se como dia da prática do ato o da lavratura e encerramento do ato notarial. (**Prov. 34 CNJ, art. 6º, § 5º**)

**III.** Os documentos referentes à regularidade das contribuições fiscais e previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos, os contratos de trabalho e quaisquer outros pertinentes ao serviço, devem ser **mantidos em pasta própria** à disposição permanente do Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, a ele apresentado extrato circunstanciado do movimento da serventia, com a indicação da receita bruta proveniente, das despesas e da receita líquida, sempre que solicitado (**Prov. 34 CNJ, art. 10, §1º e CN, art. 21**).

**IV.** É vedada a prática de cobrança parcial (desconto) ou de não cobrança de emolumentos, ressalvadas as hipóteses de isenção, não incidência ou diferimento previstas na legislação específica (**Prov. 34 CNJ, art. 8º).**

**D E T E R M I N A Ç Ã O  C O R R E I C I O N A L**



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

Pelo despacho proferido nos autos 2012.0095125-5/000 pelo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, datado de 13.06.2013 e publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná de 17 de junho de 2013, **restabeleceu-se a vigência da Instrução Normativa Conjunta nº 07/2010, de 09.08.2010**, que fixou o teto de remuneração dos interinos das serventias extrajudiciais vagas, no **teto remuneratório de 90,25% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.**

Considerando que o teto remuneratório de 90,25%, sobre o subsídio mensal do Ministro do Supremo Tribunal Federal, para o **ano de 2015**, fixado pela Lei nº 13.091, de 12.01.2015, importa em **R$ 30.471,11 (trinta mil, quatrocentos e setenta e um reais e onze centavos);**

Considerando que o responsável pela Serventia **se encontra na relação dos interinos submetidos ao teto constitucional e às restrições impostas pela Corregedoria Nacional de Justiça**, nos termos do item 1 da Instrução Normativa Conjunta nº 07/2010;

**Deverá** o Agente Delegado designado, se atingir o teto, **recolher aos cofres públicos (FUNREJUS), até o dia 10 (dez) de cada mês, a diferença encontrada entre as receitas e as despesas da serventia no mês anterior, já descontada a remuneração do interino.**

O **recolhimento deverá ser efetuado por meio de guia disponível no *site* do Tribunal de Justiça**, nos termos do item 1.1 da Instrução Normativa Conjunta nº 07/2010.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **1.8** Vem efetuando o recolhimento dos valores excedentes ao teto remuneratório previsto, conforme disposição da Instrução Normativa 04/2013 desta Corregedoria-Geral de Justiça e da Instrução Conjunta 03/2014 através da guia disponível no endereço http://www.tjpr.jus.br/gropu/guest/preenchimento-de-formularios? | Não supera o teto | |
| **1.9** Preenche, até o 10º (décimo) dia de cada mês, o cadastro disponível no endereço eletrônico http://www.tjpr.jus.br/group/guest/preenchimento-de-formularios ainda que não haja valores excedentes a serem recolhidos ao FUNREJUS, conforme determinação das Instruções Normativa 04/2013 desta Corregedoria-Geral de Justiça e da Instrução Conjunta 03/2014? | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES |
|---|
| |

## ARQUIVO DE COMUNICAÇÃO DE SELOS

**2** Em uso o arquivo nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **2.1** Encaminha, através do sistema *mensageiro,* os arquivos de comunicação para registro na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**2.2** Último comunicado enviado ao Juiz referente ao mês de **novembro** de 2015.

**2.3** Quantidade de selos utilizados no último mês: **1566 do Serviço Notarial; 89 do Selos Pagos e 39 Selos Isentos do Registro Civil.**

**2.4 QUADRO ESTATISTICO:**

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Ao final do período (mês) consignar de maneira clara e precisa o totalidade de selos individualizando-os por natureza, **p. ex:**

**Registro Civil de Pessoas Naturais:**

Mês de referência: .../2014

| | | QUANTIDADE |
|---|---|---|
| REGISTRO CIVIL | Isentos | .... Selos |
| | Pagos | .... Selos |

**Tabelionato de Notas:**

Mês de referência: .../2014



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | QUANTIDADE |
|---|---|
| TABELIONATO DE NOTAS | .... Selos |

## DADOS FORNECIDOS PELO FUNARPEN

| Ano: 2012 | | Ano: 2013 | |
|---|---|---|---|
| **Tipo de Selo** | **Quantidade** | **Tipo de Selo** | **Quantidade** |
| Isento Rosa | 480 | Isento Rosa | 576 |
| Registral Roxo Único | 1536 | Registral Roxo Único | 1728 |
| Registral Roxo Único - REEMBOLSO | 0 | Registral Roxo Único - REEMBOLSO | 0 |
| Notarial Verde Único | 22992 | Notarial Verde Único | 26976 |
| Selo Digital de Registro Civil (Atos Gratuitos) | 0 | Selo Digital de Registro Civil (Atos Gratuitos) | 0 |
| Selo Digital de Registro Civil (Atos Pagos) | 0 | Selo Digital de Registro Civil (Atos Pagos) | 0 |
| Selo Digital do Tabelionato de Notas | 0 | Selo Digital do Tabelionato de Notas | 0 |
| **Ano: 2014** | | **Ano: 2015** | |
| **Tipo de Selo** | **Quantidade** | **Tipo de Selo** | **Quantidade** |
| Isento Rosa | 48 | Isento Rosa | 0 |
| Registral Roxo Único | 192 | Registral Roxo Único | 0 |
| Registral Roxo Único - REEMBOLSO | 0 | Registral Roxo Único - REEMBOLSO | 0 |
| Notarial Verde Único | 22848 | Notarial Verde Único | 12864 |
| Selo Digital de Registro Civil (Atos Gratuitos) | 550 | Selo Digital de Registro Civil (Atos Gratuitos) | 600 |
| Selo Digital de Registro Civil (Atos Pagos) | 1600 | Selo Digital de Registro Civil (Atos Pagos) | 1550 |
| Selo Digital do Tabelionato de Notas | 900 | Selo Digital do Tabelionato de Notas | 7950 |

| COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL | STATUS INTEGRAÇÃO | ATUAIS | RETROATIVO ATÉ 1998 | RETROATIVO 1997 - 1976 |
|---|---|---|---|---|
| ITAPERUCU | EM DIA | EM DIA | EM DIA | EM DIA |

## PROTOCOLO GERAL
## (CN, art. 667, inciso II e Adendo 1-E)

**3** Em uso o livro nº **05**, aberto em 30 de outubro de 2015.

**3.1** Último ato protocolado nº **1203/2015**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **3.2** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **3.3** O livro é informatizado? | | |
| **3.4** A escrituração é diária obedecendo à ordem cronológica de lançamentos dos atos registrais lavrados pela serventia? | | |
| **3.5** Constam os nomes de todas as partes integrantes do ato? | | |
| **3.6** A impressão definitiva do livro é realizada no prazo | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | | |
|---|---|---|
| de quinze (15) dias? | | |
| **3.7** O número de ordem está sendo renovado anualmente (**CN, art. 667, § 1º**)? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## LIVRO DE VISITAS E CORREIÇÕES
## Provimento nº 45/2015 - CNJ

**4** Não possui.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **4.1** O livro está registrado na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | Prej. | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**Modelo**

| Data | Natureza da Visita | Autoridade Judiciária | Assinatura da Autoridade Judiciária | Ciente do Agente Delegado |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

**Finalidade**: Este livro é destinado ao registro das visitas e correições e será escriturado pelas autoridades judiciárias fiscalizadoras.
**Natureza da Visita**: deverá ser registrada a natureza do ato de fiscalização: inspeção, correição ordinária ou extraordinária.
**Assinatura da Autoridade**: o Corregedor da Justiça, Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ou Assessor Correcional é que poderão escriturar o livro.
**Ciente do Agente Delegado**: o Agente Delegado titular ou designado para responder interinamente à serventia deverão dar seu ciente.

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**Deverão ser mantidos em arquivo próprio os relatórios e atas das correições e inspeções, certidões de regularidade emitidas pelo Agente Delegado e relatórios circunstanciados emitido pelo Juiz Corregedor do Foro extrajudicial da Comarca, para fins correicionais.**

## REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

## LIVRO DE REGISTRO DE NASCIMENTO (CN, art. 87, inciso III)

Em uso o livro nº **A-42**.

O último assento foi lavrado sob nº **19826,** na data de **09/12/2015.**

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **2** Consta o número do registro no livro Protocolo, conforme art. 94 do CN? | | |
| **3** Consigna no corpo do ato a isenção de emolumentos, em conformidade com o artigo 103 do CN? | | |
| **4** Todos os assentos de nascimento contém a idade da mãe, em anos completos, **na ocasião do parto (art. 168, VI do CN)** | | |
| **5** O fato do registrando ser gêmeo consta expressamente na lavratura dos assentos, inclusive com a ordem de nascimento (**arts. 168, III, 231 e 232 do CN**) | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| **Atualizar os artigos do Código de Normas mencionados nos assentos.** | | |

## O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**a)** No caso de dúvida quanto à legitimidade ou clareza das informações lançadas na declaração, poderá o registrador realizar diligências para averiguação, como, por exemplo, promover visita à residência do recém-nascido (conforme previsão do artigo 52, parágrafo 1º da Lei de Registros Públicos e art. 167 do CN);

**b)** Nas Hipóteses de adoção é limitada a publicidade do ato (informações na certidão emitida), nos termos do que dispõem a Lei de Registros Públicos, a Lei nº 8.560/92 e o Código Civil;

**c)** Observar o disposto no art. 103 do CN que prevê a gratuidade dos registros de nascimento e de óbito para todas as pessoas, assim como a primeira certidão emitida desses atos.

## ARQUIVO DE DNV – Declaração de Nascido Vivo (CN, art. 87, inciso XIV)

Em uso o livro nº **23**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **6** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **7** Arquivo é organizado seguindo a ordem dos registros? | | |
| **8** A serventia observa que o registro de nascimento está sujeito ao princípio da territorialidade (art. 164 do CN), de modo que somente efetua o registro dos nascimentos ocorridos nos limites territoriais do serviço ou se dentro desses limites residirem os genitores? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

### ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

**a)** Verificar se a DNV está completa e regularmente preenchida, conforme exigência do modelo oficial instituído, exigindo os



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

esclarecimentos necessários em caso de omissão, ressalva ou borrões

**b) Quando constar da DNV residência e local da ocorrência diverso da comarca, anexar o comprovante de residência;**

**c)** O Registrador não está vinculado ao nome declarado na DNV, visto que o momento para escolha do nome é o do registro;

**d)** Sobre a DNV, observar o disposto no artigo 54, parágrafos 1º e 2º da Lei de Registros Públicos.

## ARQUIVO DE TERMOS DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE (CN, art. 87, X e art. 226)

Em uso o arquivo nº **07**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **09** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **10** Nos atos analisados por amostragem, há correspondência entre os assentos de nascimento sem indicação do pai e os termos de alegações de paternidade? | | |
| **11** Os termos de alegação de paternidade negativos e positivos são encaminhados ao Distribuidor, nos termos do art. 227, § 1º do CN, através do *sistema mensageiro*? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O

O (A) Registrador (a), atento (a) a preocupação social e legal (CF. art. 227, § 6º; artigo 2º da Lei nº 8.560 de 1992; art. 26 do ECA; arts. 1607 a 1614 do Código Civil), quanto ao direito da criança em ter a paternidade reconhecida, e visando melhor instrumentalizar o procedimento de "averiguação oficiosa", e ainda, dando atendimento ao contido no Provimento nº 12, de 06.08.2010 do Conselho Nacional de Justiça, **deverá esclarecer as genitoras, quando das futuras tomadas das declarações, as consequências em não indicar o nome do suposto pai**, dentre elas, seria a responsabilização financeira, educacional e social, abrindo mão de direito



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

fundamental da criança e também ao direito que toda pessoa tem de conhecer suas origens – **princípio da busca da identidade genética**.

## ARQUIVO DE TERMOS DE RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE FILHO (CN, art. 87, XI; e Provimento 16/2012 do CNJ)

Em uso o arquivo nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **12** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **13** Utiliza a pasta para arquivar os procedimentos de reconhecimento espontâneo de filho realizado na própria serventia, em conformidade com o contido no Provimento nº 16/2012? | | |
| **14** Utiliza como instrumento particular o modelo de termo de reconhecimento de filho do Provimento nº 16/2012 (Anexo II)? | | |
| **15** Foi lançado no procedimento, a anuência da mãe do filho menor de idade ou a assinatura do filho com 18 anos ou mais, nos termos do art. 186 do CN? | | |
| **16** Consta fotocópia do documento de identificação das partes, conforme parágrafo 1º, do artigo 8º do Provimento nº 16/2012? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ARQUIVO DE TERMOS DE RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE FILHO PROVENIENTES DE OUTRAS SERVENTIAS (CN, art. 87, XII; e Provimento 16/2012 do CNJ)

Em uso o arquivo nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **17** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **18** Utiliza a pasta para arquivar os procedimentos de | | |



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

| | | |
|---|---|---|
| reconhecimento espontâneo de filho provenientes de outras serventias, em conformidade com o contido no Provimento nº 16/2012? | | |
| **19** Nos atos analisados por amostragem constatou-se a correspondência entre os reconhecimentos recebidos de outras serventias e as averbações nos assentos de nascimento? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ARQUIVO DE REQUERIMENTOS DE REGISTRO FORA DO PRAZO LEGAL (CN, art. 87, XVIII; e Provimento n° 28/2013 do CNJ)

Em uso o arquivo nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **20** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **21** O requerimento de registro observa as exigências do art. 192 do CN, inclusive quanto a assinatura de duas testemunhas? | | |
| **22** Para os registros de pessoas que já tenham completado 12 anos observa o procedimento de entrevista previsto no art. 197 do CN? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Observar que, nos termos do contido no art. 189 do CN e no Provimento nº 28/2013 do Conselho Nacional de Justiça, o registro tardio de pessoas com mais de 12 anos possui procedimento próprio e deve ser efetuado com cautela, a fim de evitar duplicidade de registros de nascimento.

## ARQUIVO DE DECLARAÇÕES (CN, art. 87, XVII)



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**Não possui. Abrir arquivo.**

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **23** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | Prej. | |
| **24** Há correspondência entre os registros de nascimento, em que somente um dos genitores comparece e eles não são casados entre si, e as declarações colhidas? | Prej. | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**a)** O presente arquivo deve ser utilizado para arquivamento de declarações quando os genitores **não são casados e apenas um deles comparece à serventia**, munido de procuração por instrumento particular com reconhecimento de firma por autenticidade ou de procuração por instrumento público (art. 182, I e II do CN);

**b)** Nos casos de genitor preso o reconhecimento de firma da declaração poderá ser suprido por declaração do delegado ou do diretor do presídio, que certificará que a assinatura do genitor foi lançado em sua presença, reconhecendo-a por semelhança;

**c)** Nos casos em que o registrando for pessoa incapaz deverá ser observado o contido no art. 214 do CN;

**d)** Para o analfabeto, o reconhecimento se dará, necessariamente, por instrumento público.

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTO (CN, art. 87, IV)

Em uso o arquivo nº **B-21**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **25** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | | |
|---|---|---|
| Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **26** Consta o número do registro no Livro Protocolo, conforme art. 94 do CN? | | |
| **27** As testemunhas do ato estão devidamente identificadas, conforme art. 269, IV do CN? | | |
| **28** As custas referentes aos atos estão lançadas em reais e VRC, com valores adequados ao da Tabela XII? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## HABILITAÇÕES DE CASAMENTO (CN, art. 238)

**29** Verificadas por **AMOSTRAGEM:**

Habilitação nº **5616;**
Habilitação nº **5608;**
Habilitação nº **5578.**

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **30** Consta nos autos de habilitação o período de afixação do edital de proclamas? | | |
| **31** Observa que a falta de partilha de bens da comunhão anterior para o divorciado, **impõe** como obrigatório o regime da separação de bens para as segundas núpcias (artigos 1.641, inciso I e 1.523, inciso I do Código Civil)? | | |
| **32** Observa, ainda, que não se exigirá inventário negativo para habilitação requerida por viúvo, somente declaração de inexistência de bens, mas que neste caso o regime será de separação obrigatória de bens, nos termos do art. 251 do CN? | | |
| **33** Arquivam os comprovantes originais de residência de pelo menos um dos nubentes, conforme art. 238, III do CN, a fim de comprovar a observância do princípio da territorialidade (artigo 67 da Lei 6.015/73)? | | |
| **34** Certifica na habilitação o envio do comunicado ou averbação do casamento? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO**

**a)** Observar o disposto no art. 255 e § único do CN, que trata da habilitação de casamento de pessoas do mesmo sexo;

**b)** A anuência para o casamento do incapaz deve ser firmada por ambos os pais. A ausência ou a impossibilidade de um deles anuir ao requerimento deve estar devidamente justificada;

**c)** Observar que se o contraente for analfabeto, o pedido será firmado a rogo, colhida a impressão digital, com duas testemunhas, constando da certidão de habilitação a circunstância, nos termos do art. 240 do CN;

**d)** Observar que nos termos do art. 253 do CN o pedido de habilitação somente será submetido ao juiz nos casos de impugnação do Oficial, do Ministério Público ou de terceiro;

**e)** As habilitações que tratem de conversão de união estável em casamento seguem as disposições da Seção 09, do Capítulo 02 do CN, inclusive assim fazendo constar no respectivo edital de proclamas, nos termos do art. 284 do referido diploma legal.

## LIVRO DE REGISTRO DE PROCLAMAS (CN, art. 87, VIII)

Em uso o arquivo nº **D-13**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **35** O edital é afixado no átrio do Ofício? | | |
| **36** Cumpre os requisitos exigidos para o edital e nele certifica o envio de cópia para afixação no domicílio do contraente, nos termos dos arts 257 e 258 do CN? | | |
| **37** Certifica o decurso do prazo sem apresentação de impedimento ou impugnação? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

## ARQUIVO DE COMUNICADOS DE CASAMENTO (CN, art. 88, II)

Em uso o arquivo nº **13**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **38** Em análise por amostragem verificou-se a correlação entre os casamentos realizados e os comunicados encaminhados, nos termos do art. 261 do CN? | | |
| **39** Encaminha os comunicados para o Estado do Paraná através do *sistema mensageiro,* conforme art. 261 do CN? | | |
| **40** Anexa o comprovante de remessa postal nos comunicados encaminhados para outra unidade da federação, nos termos do art. 261, parte final, do CN? | | |
| **41** Os casamentos de estrangeiro são comunicados aos respectivos consulados, conforme contido no art. 263 do CN? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Observar que o casamento celebrado em comarca diferente daquela da habilitação será comunicado ao Ofício da habilitação, com elementos necessários para as anotações nos respectivos autos, nos termos do art. 264 do CN.

## LIVRO DE REGISTRO DE CASAMENTO RELIGIOSO PARA EFEITOS CIVIS (CN, art. 87, V)

Em uso o Livro nº **B-03 Aux**.



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **42** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **43** Consta o número do registro no Livro Protocolo, conforme art. 94 do CN? | | |
| **44** O termo assinado na Igreja é arquivado nos autos de habilitação? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITO (CN, art. 87, VI)

Em uso o Livro nº **C-08**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **45** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **46** Consta o número do registro no Livro Protocolo, conforme art. 94 do CN? | | |
| **47** Observa os requisitos do art. 295 do CN para lavrar o assento de óbito? | | |
| **48** O prazo para lavratura do assento (24 horas), previsto no artigo 77 da Lei 6.015/73, é obedecido? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## LIVRO DE REGISTRO DE NATIMORTO (CN, art. 87, VII)

Em uso o Livro nº **C-02**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **49** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **50** Consta o número do registro no Livro Protocolo, conforme art. 94 do CN? | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES |
|---|
| |

## ARQUIVO DE DECLARAÇÃO DE ÓBITO (CN, art. 87, XV)

Em uso o arquivo nº **18**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **51** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **52** As Declarações de Óbito estão sendo arquivadas na ordem dos registros de óbito, nos termos do art. 292 do CN? | | |
| **53** A serventia observa que o registro de óbito e de natimorto está sujeito ao princípio da territorialidade (art. 291 do CN), de modo que somente efetua o registro dos óbitos ocorridos nos limites territoriais do serviço? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Na hipótese de omissão, rasura ou falta de clareza dos dados anotados na Declaração, **não** superada pela consulta formal e imediata ao responsável pelo seu preenchimento, deverá o senhor Registrador realizar o registro, se assim possível, e para as providências que reputar cabíveis comunicar o ocorrido ao doutor Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial.

## ARQUIVO DE COMUNICAÇÕES DE ÓBITO PARA OUTRAS SERVENTIAS (CN, art. 88, III)

Em uso o arquivo nº **05**.



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **54** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **55** Em análise por amostragem verificou-se a correlação entre os óbitos e os comunicados encaminhados? | | |
| **56** Encaminha os comunicados para o Estado do Paraná através do *sistema mensageiro*? | | |
| **57** Anexa o comprovante de remessa postal nos comunicados encaminhados para outra unidade da federação? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ARQUIVO DE COMUNICADOS

### IBGE (CN, art. 88, I)

Em uso a pasta nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **58** Os comunicados são encaminhados trimestralmente? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

### INSS (CN, art. 88, IV e art. 301, I)

Em uso a pasta nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **59** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | |
| **60** Todos os comunicados do período correicionado estão arquivados? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

### JUNTA DO SERVIÇO MILITAR (CN, art. 88, V e 301, II)



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

Em uso a pasta nº **02**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **61** Apresentou a certidão de regularidade dos comunicados? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| **Apresentar ao Juiz Corregedor.** | | |

## JUSTIÇA ELEITORAL (CN, art. 88, VI e art. 301, III)

Em uso a pasta nº **02**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **62** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Observar que deverá efetuar os comunicados de pessoas maiores de 16 anos de idade, independentemente da condição de eleitor.

## INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ (CN, art. 88, VII e art. 301, V)

Em uso a pasta nº **02**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **63** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## POLÍCIA FEDERAL (CN, art. 88, VIII e art. 301, IV)

Em uso a pasta nº **01**.



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **64** Verificou-se correlação entre os comunicados de óbito de estrangeiros? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CN, art. 88, XII e art. 301, VI)

Em uso a pasta nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **65** Os comunicados são encaminhados mensalmente? | | |
| **66** Apresentou a certidão de regularidade dos comunicados? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## COMUNICAÇÕES PROVENIENTES DE OUTRAS SERVENTIAS (CN, art. 88, XI)

Em uso a pasta nº 01 referente ao Divórcios, n. 01 referente aos Casamentos e n. 04 referente aos Óbitos.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **67** A serventia certifica a prática do ato no comunicado? | | |
| **68** Nos atos analisados por amostragem, constatou-se regularidade nas averbações? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ARQUIVO DE MANDADOS JUDICIAIS (CN, art. 87, XVI)

Em uso o arquivo nº **13**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| **69** Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **70** Os mandados estão arquivados na sua forma original? | | |
| **71** Certifica a data de recebimento e de cumprimento? | | |
| **72** Comunica ao Juízo, através do *sistema mensageiro* (art. 13 do CN), o cumprimento da ordem judicial? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## TABELIONATO DE NOTAS

## ESTATÍSTICA

Constatada divergência entre o número de notas protocoladas com o número de notas registradas no Ofício Distribuidor.

| ANO | Dados da Serventia | Dados do Distribuidor |
|---|---|---|
| **2012** | 342 | 342 |
| **2013** | 354 | 349 |
| **2014** | 428 | 427 |
| **2015** | 293 | 294 |
| **Total** | **1416** | **1412** |

Orienta-se para que se adotem, juntamente com o Ofício Distribuidor, medidas de controle a fim de que as informações sejam as mais precisas possíveis.

## RELATÓRIO DE RECEITAS DO FUNREJUS



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

Encaminhar ao Conselho Supervisor do FUNREJUS o relatório de Receitas do Fundo, totalizando por ano a quantidade de guias utilizadas pelo Serviço, conforme modelo constante do Anexo C-07 do Código de Normas.

## CENSEC

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| Nos termos do Provimento nº 236-CGJ, de 23.01.2013, que regulamentou no âmbito dos Tabelionatos de Notas do Estado do Paraná o Provimento nº 18, de 28 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC. **Cumpre com a determinação contida no CN, art. 658, inciso XX, que constitui dever do Tabelião encaminhar à CENSEC as informações a respeito da lavratura dos atos notariais para os módulos operacionais de Registro Central de Testamentos On-line - RCTO, Central de Escrituras de Separações, Divórcio e Inventários - CESDI, Central de Escrituras e Procurações - CEP, Central Nacional de Sinal Público – CNSIP, observando também o cronograma de envio dos atos anteriormente lavrados, fixado no artigo 16 do Provimento nº 18 do CNJ**? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## LIVROS E ARQUIVOS

## LIVRO DE NOTAS
## (CN, art. 667, inciso III)

**1** Encerrados os livros nº **97 a 117**. Em uso o livro nº **118**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **1.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro | | |



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

| | | |
|---|---|---|
| Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013? | | |
| **1.2** O livro em uso possui escrituração informatizada? | | |
| **1.3** Os livros encerrados estão encadernados editorialmente? | | |
| **1.4** Na escrituração dos livros os caracteres obedecem a dimensão mínima, equivalente à das fontes Times New Roman 13 ou Arial 12 (**CN, art. 41, V**)? | | |
| **1.5** Os atos dos notários obedecem rigorosamente à ordem cronológica de escrituração (data – livro – folha) e são efetuados em livro formado por folhas soltas, contendo obrigatoriamente, a identificação da Serventia, endereço, nome do titular, numeração de série do livro e das folhas e a rubrica do serventuário, sendo iniciados em folha nova, **não** sendo utilizado o verso para a lavratura de atos distinto, total ou parcial e encerrados com a assinatura do tabelião ou escrevente substituto, após as assinaturas das partes (**CN, art. 17, art. 41, VII e XI e art. 679, XV**)? | | |
| **1.6** Quando houver indicativo de não ser possível iniciar e concluir um ato nas últimas folhas do livro em uso, o notário deixa de utilizá-las, inutilizando as demais folhas em branco e lavrando o ato novo em um novo livro (**CN, art. 676**)? | | |
| **1.7** Transcorrido o prazo de trinta (30) dias, sem aposição de todas as assinaturas, as escrituras são declaradas incompletas e canceladas, anotando-se no termo de encerramento tal ocorrência (**CN, art. 675**)? | | |
| **1.8** A qualificação das partes está sendo realizada de maneira completa (**CN, art. 48 e 679, V**)? | | |
| **1.9** Nos atos lavrados pela Serventia estão sendo consignados a data e o número do registro no livro Protocolo Geral (**CN, art. 679, XVI**)? | | |
| **1.10** Consigna nos atos lavrados os emolumentos previstos pela Tabela XI – Tabelionato de Notas (Regimento de Custas – Lei nº 17.832/2013) em reais e VRC (**CN, art. 10, XI e 36**)? | | |
| **1.11** Consigna nos atos lavrados o valor que foi recolhido ao FUNREJUS, a data do recolhimento e o número da respectiva guia, conforme a Instrução Normativa n. 03/2006 (**CN, art. 679, XII**)? | | |
| **1.12** Consigna nos atos lavrados que envolvam | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | | |
|---|---|---|
| transmissões imobiliárias menção à emissão da DOI? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ATOS VERIFICADOS POR AMOSTRAGEM

| **DOAÇÃO** | | **SIM** | **NÃO** |
|---|---|---|---|
| | **DATA** | **LIVRO** | **FLS.** |
| Escritura Pública de Doação | **18/08/2015** | **116-N** | **97** |
| **1.13** Nas escrituras de doação e partilha amigável (gratuita) de bens consigna no texto a transcrição resumida da guia de recolhimento do imposto – ITCMD (**CN, art. 681, § 2º**)? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

| **COMPRA E VENDA** | | **SIM** | **NÃO** |
|---|---|---|---|
| | **DATA** | **LIVRO** | **FLS.** |
| Escritura Pública de Compra e Venda | **23/06/2015** | **115-N** | **73** |
| **1.14** Nas escrituras referentes a imóveis e a direitos a ele relativos, são exigidas certidões de ações reais, pessoais e reipersecutórias relativas ao imóvel e de ônus reais, expedidas pelo Serviço de Registro de Imóveis competente, bem como, declaração do outorgante, da existência de outras ações reais, pessoais e reipersecutórias e de outros ônus reais incidentes sobre o mesmo imóvel (**CN, art. 681, IV e V**)? | | | |
| **1.15** Consta na escritura a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A da CLT, com redação dada pela Lei n. 12.440/2011, expedida gratuitamente e eletronicamente, no sítio do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br) ou consigna no ato que, cientificou as partes envolvidas, a possibilidade de obtenção prévia da referida Certidão. - Recomendação n. 03 – CNJ? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Considerando a entrada em vigor da Lei nº 13.097/2015, que excluiu a necessidade de apresentação das certidões dos feitos ajuizados, para lavratura de escrituras de compra e venda ou de quaisquer outros direitos reais envolvendo imóveis e em seu artigo 54 contemplou o Princípio da Concentração, e, ainda, quanto ao contido no artigo 61 da referida Lei, o qual estabeleceu que *os registros e averbações relativos a atos jurídicos anteriores a esta Lei, devem ser ajustados aos seus termos em até 2 (dois) anos, contados do início de sua vigência*, deverá o agente delegado, por prudência, orientar quanto ao contido na citada Lei e consignar no ato, que cientificou as partes envolvidas, da possibilidade de obtenção prévia das referidas certidões.

| **COMPRA E VENDA ENVOLVENDO PESSOAS JURÍDICAS** | | **SIM** | **NÃO** |
|---|---|---|---|
| | **DATA** | **LIVRO** | **FLS.** |
| Escritura Pública de Compra e Venda | **01/10/2015** | **117-N** | **28** |
| Escritura Pública de Compra e Venda | **13/08/2015** | **116-N** | **83** |
| **1.16** Nos atos notariais em que figurarem como partes pessoas jurídicas, exige a apresentação de ato constitutivo ou contrato social, atualizados, além de certidão simplificada e atualizada da Junta Comercial/Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e efetua as confrontações necessárias dos documentos apresentados conferindo a legitimidade de quem se apresenta como sócio com poderes de agir em nome da sociedade (**CN, art. 667, § 2º e 679, VI**)? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

| **COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RURAL** | | **SIM** | **NÃO** |
|---|---|---|---|
| | **DATA** | **LIVRO** | **FLS.** |
| Escritura Pública de Compra e Venda | **06/10/2015** | **117-N** | **40** |
| **1.17** Na lavratura de escrituras envolvendo imóvel | | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | | |
|---|---|---|
| rural consigna o número da indicação cadastral no INCRA (CCIR) e na Receita Federal para fins de ITR (**CN, art. 681, II**)? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Considerando a revogação da Lei nº 4.771/65, não há necessidade de apresentação da certidão negativa de débitos ambientais para lavratura de escrituras de compra e venda ou de quaisquer outros direitos reais envolvendo imóveis rurais, entretanto, por prudência, deverá o agente delegado consignar no ato que cientificou as partes envolvidas, da possibilidade de obtenção prévia da referida certidão, bem como, que o adquirente responderá pelo pagamento de eventuais débitos.

| **DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL** | | **SIM** | **NÃO** |
|---|---|---|---|
| | **DATA** | **LIVRO** | **FLS.** |
| Escritura Pública de Divórcio extrajudicial | **30/09/2015** | **117-N** | **22** |
| **1.18** Nas escrituras de divórcio faz referência à assistência de advogado habilitado? | | | |
| **1.19** Nas escrituras de divórcio faz referência à inexistência de filhos menores ou incapazes? | | | |
| **1.20** Nas escrituras de divórcio faz referência quanto à destinação dos bens? | | | |
| **1.21** Consigna no texto a orientação de que o ato só produzirá efeitos quando da averbação no Registro Civil (**CN, art. 739, § 4º**)? | | | |
| **1.22** Consta na escritura a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A da CLT, com redação dada pela Lei n. 12.440/2011, expedida gratuitamente e eletronicamente, no sítio do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br) ou consigna no ato que, cientificou as partes envolvidas, a possibilidade de obtenção prévia da referida Certidão. - Recomendação n. 03 – CNJ? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

| |
|---|
| |

| INVENTÁRIO E PARTILHA | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| | DATA | LIVRO | FLS. |
| Escritura Pública de Inventário e Partilha | 15/09/2015 | 116-N | 168 |
| **1.23** Nas escrituras de inventário e partilha está sendo exigida a apresentação de certidões de débito do falecido, emitida pelas Fazendas Municipal, Estadual e da União, observado o local onde residia o falecido e onde se localizam os bens inventariados? | | | |
| **1.24** O agente delegado certifica no ato, por declaração das partes ou certidão, a inexistência de testamento (**CN, art. 738, § 7º**)? | | | |
| **1.25** Na lavratura de escritura de inventário e partilha o notário arquiva cópia da guia do ITCMD quitado em pasta própria, com expressa indicação na escritura pública, tanto da quitação quanto do arquivamento (**CN, art. 739, § 3º, "b"**)? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Não há necessidade de apresentação de certidões de feitos ajuizados para lavratura de escrituras de inventário e partilha (excluídas aquelas que tratem da cessão de direitos hereditários), nem, por consequência, para seu registro no fólio real (decisão proferida no protocolizado n. 2008.321319-0/CGJ - disponível em http://portal.tjpr.jus.br/web/cgj/75).

| REVOGAÇÃO DE MANDATO | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| | DATA | LIVRO | FLS. |
| **1.26** Nas escrituras de revogação de mandato estão sendo feitas as anotações e/ou comunicações necessários no instrumento revogado (**CN, art. 685**)? | | Prej. | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

O Tabelião deverá atentar para as comunicações referentes as escrituras públicas de revogação de mandato e revogação de escritura pública de compra e venda.

| ATA NOTARIAL | | SIM | NÃO |
|---|---|---|---|
| | DATA | LIVRO | FLS. |
| Ata Notarial | 21/09/2015 | 116-N | 189 |
| **1.27** As atas notariais relativas ao conteúdo de sites da internet estão arquivadas eletronicamente na serventia (**CN, art. 731**)? | | | |
| **1.28** Consigna nas atas notariais os emolumentos previstos na instrução nº 10/2004 da CGJ, em reais e VRC (**CN, art. 10, XI e 36**)? | | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | | |
| | | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**INSTRUÇÃO Nº. 10/2004**

I) os emolumentos decorrentes da lavratura de atas notariais destinadas à certificação do conteúdo de sites de internet corresponderão ao dobro dos valores previstos no item VIII e alíneas da Tabela XI;

II) os emolumentos decorrentes da lavratura de atas notariais que exijam a realização de diligências externas pelo tabelião ou por seu substituto obedecerão ao critério e valor estabelecidos no item IV da Tabela XI;

## LIVRO DE PROCURAÇÕES
## (CN, art. 667, inciso IV)

**2** Encerrados os livros nº **41-P ao 48-P**. Em uso o livro nº **49**.



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **2.1** Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013? | | |
| **2.2** O livro em uso possui escrituração informatizada? | | |
| **2.3** Os livros encerrados estão encadernados editorialmente? | | |
| **2.4** Na escrituração dos livros os caracteres obedecem a dimensão mínima, equivalente à das fontes Times New Roman 13 ou Arial 12 (**CN, art. 41, V**)? | | |
| **2.5** Os atos dos notários obedecem rigorosamente à ordem cronológica de escrituração (data – livro – folha) e são efetuados em livro formado por folhas soltas, contendo obrigatoriamente, a identificação da Serventia, endereço, nome do titular, numeração de série do livro e das folhas e a rubrica do serventuário, sendo iniciados em folha nova, **não** sendo utilizado o verso para a lavratura de atos distinto, total ou parcial e encerrados com a assinatura do tabelião ou escrevente substituto, após as assinaturas das partes (**CN, art. 17, art. 41, VII e XI e art. 679, XV**)? | | |
| **2.6** A qualificação das partes está sendo realizada de maneira completa (**CN, art. 48 e 679, V**)? | | |
| **2.7** Nos atos lavrados pela Serventia estão sendo consignados a data e o número do registro no livro Protocolo Geral (**CN, art. 679, XVI**)? | | |
| **2.8** Consigna nos atos lavrados os emolumentos previstos pela Tabela XI – Tabelionato de Notas (Regimento de Custas – Lei n° 17.832/2013) em reais e VRC (**CN, art. 10, XI e 36**)? | | |
| **2.9** Nos atos notariais em que figurarem como partes pessoas jurídicas, exige a apresentação de ato constitutivo ou contrato social, atualizados, além de certidão simplificada e atualizada da Junta Comercial/S6erviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (**CN, art. 667, § 2º e 679, VI**)? | | |
| **2.10** O Serviço efetua as confrontações necessárias dos documentos apresentados conferindo a legitimidade de quem se apresenta como sócio com poderes de agir em nome da sociedade? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| **Atualizar os itens do CN mencionados nos atos.** |
|---|

**Amostragem:**
Procuração lavrada no Livro n. 49-P, fls. 03

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**a)** É vedada a utilização de expressões, tais como, "residentes nesta cidade" ou "residentes no distrito", sendo que, a qualificação das partes deve se dar de forma completa (**CN, art. 48**).

**b)** Lembrar que a certidão simplificada se presta a indicar quem exerce a administração da empresa no momento da prática do ato, bem como o último ato arquivado no Órgão de Registro do Comércio/Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ao passo que o contrato social/estatuto e suas alterações demonstram a extensão dos poderes e os limites de atuação do gerente/administrador.

## LIVRO DE SUBSTABELECIMENTOS DE PROCURAÇÕES (CN, art. 667, inciso V)

**3** Em uso o livro nº **2-S.**

**AMOSTRAGEM:**
Livro nº 2-S, fls. 16-17 (Livro nº 46-P, fls. 161).
Livro nº 2-S, fls. 09 (Livro nº 45-P, fls. 87-88).

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **3.1** Nos casos em que os substabelecimentos recaiam sobre procurações lavradas pela própria serventia, é feita a averbação no ato primitivo concomitantemente ao ato praticado (**CN, art. 685**)? | | |
| **3.2** Nas lavraturas de substabelecimentos de mandatos sem reserva de poderes, versados sobre atos lavrados em outra serventia, é comunicado ao notário que lavrou o instrumento revogado ou do mandato | | |



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

| | | |
|---|---|---|
| substabelecido sem reserva de poderes (**CN, art. 685, § 1º**)? | | |
| **3.3** Consigna na lavratura dos substabelecimentos "com reserva de poderes" ou "sem reserva de poderes"? | | |
| **3.4** Em se tratando de substabelecimento de poderes, já substabelecidos, com o fito de preservar a segurança e a eficácia dos registros públicos, comunica, também, à Serventia que lavrou o instrumento originário do mandato? | Prej. | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| **3.1. Regularizar as anotações nos atos analisados por amostragem acima, os quais não houve a averbação do substabelecimento.**<br>**3.3. Passar a consignar nos substabelecimentos se o mandato substabelecido foi feito com ou sem reserva de poderes. Tal determinação já constara na ata anterior, porém não foi cumprida. Regularizar e justificar ao Juiz Corregedor.** | | |

## ARQUIVO DE COMUNICAÇÕES DE SUBSTABELECIMENTOS

**4** Em uso o arquivo nº **02**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **4.1** Os comunicados estão sendo feitos através do "*sistema mensageiro*" (**CN, art. 13**)? | | |
| **4.2** Para os comunicados às serventias de outras unidades da Federação, anexa o comprovante postal? | | |
| **4.3** Verificou-se, por amostragem, em confronto com os atos lavrados no período correicionado, a realização das necessárias anotações, dos instrumentos lavrados nesta serventia? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## LIVRO DE TESTAMENTO
## (CN, art. 667, inciso VI)



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**5** Em uso o livro nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **5.1** O livro em uso possui escrituração informatizada? | | |
| **5.2** As testemunhas instrumentárias estão devidamente identificadas no ato? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**AMOSTRAGEM**

Por amostragem foi examinado o ato lavrado no dia **13/09/2013**.

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**a)** Em relação ao fornecimento de certidões, atentar para o que dispõem o artigo 722 ("*O fornecimento de informações ou certidões de testamentos somente se dará com a comprovação do óbito do testador*") do Código de Normas.

**b)** Lembrar que nos comunicados ao Distribuidor **não** haverá menção aos beneficiários/legatários, identificando apenas o testador.

## ARQUIVO DE COMUNICADOS DE TESTAMENTO

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **6** Observa o envio à CENSEC? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## LIVRO DE CONTROLE DE RECONHECIMENTO DE FIRMA AUTÊNTICA OU VERDADEIRA (CN, art. 667, inciso VI, 668, § 2º e Adendo 2-D)



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**7** Em uso o livro nº **13**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **7.1** O livro é adaptado ao modelo instituído no Adendo 2-D do Código de Normas, incluindo o campo "CÓDIGO DO CARTÃO DE ASSINATURA"? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Observar que é obrigatório o reconhecimento autêntico da firma (CPC, art. 369) em todos os documentos de transferência de veículos (**CN, 710, § 2º**).

**7.2 Cartões de assinatura**:

**Amostragem:**
Assinaturas lançadas na Escritura – Livro nº 118-N, fls. 01.
Assinaturas lançadas na Procuração – Livro nº 49-P, fls. 87.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **7.2.1** Na confecção dos cartões de assinaturas observa os requisitos do artigo 709 do Código de Normas? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**a)** Em se tratando de assinaturas colhidas há muito tempo, recomenda-se a colheita de novas e atualizadas firmas, com a renovação do cartão e o arquivamento de cópias dos documentos pessoais da parte (CPF/RG), na forma dos artigos 711 e 713 do Código de Normas.

**b)** Nos casos em que o padrão da assinatura difere da lançada no cartão, adotar cautelas para confirmação da legitimidade



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

da parte.

## LIVRO ÍNDICE
## (CN, art. 667, inciso VIII e 668, § 1º)

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **8** O livro índice é informatizado? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ARQUIVO DE PROCURAÇÕES DE OUTRAS SERVENTIAS
## (CN, art. 667, inciso IX)

**9** Em uso o arquivo nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **9.1** Os arquivos são formados com os originais dos instrumentos utilizados? | | |
| **9.2** Anota o número do livro e da folha em que o instrumento foi utilizado (**CN, art. 672**)? | | |
| **9.3** Certifica a confirmação da procuração (**CN, art. 672, §§ 3º e 4º**)? | | |
| **9.4** Comunica o uso da procuração à Serventia em que esta foi lavrada? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Recomenda-se, entretanto, que a validação deve ser a mais completa possível, via mensageiro nas unidades do Estado (em havendo urgência o primeiro contato pode ser via telefone), com anotação de sua confirmação mediante carimbo, consignando o nome completo do informante, qualificação (cargo/função que exerce),



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

data, entre outros elementos. Não se olvidando que os dados para a comunicação, em especial, o telefone deve ser buscado no sítio do TJ ou do CNJ.

## ARQUIVO DE CONTRATOS SOCIAIS (CN, art. 667, inciso XI)

**10** Em uso o arquivo nº **11**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **10.1** Mantém arquivo organizado por ordem cronológica? | | |
| **10.2** Consigna referências ao livro e folhas em que os documentos foram utilizados, em conformidade com o artigo 667, § 2º do Código de Normas? | | |
| **10.3** Arquiva as certidões atualizadas emitidas pela Junta Comercial? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ARQUIVO DE DOCUMENTOS (CN, art. 667, inciso XII)

**11** Em uso o arquivo nº **10**. Utiliza a presente pasta para o arquivamento de documentos remanescentes, que não possuem local próprio.

## ARQUIVO DE ALVARÁS E MANDADOS JUDICIAIS (CN, art. 667, inciso XIII)

**12** Em uso o arquivo nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **12.1** Os mandados ou alvarás judiciais são apresentados em seu original? | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | | |
|---|---|---|
| **12.2** Certifica o livro e folhas em que o ato foi praticado? | | |
| **12.3** Comunica ao Juízo o cumprimento do alvará ou mandado? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ARQUIVO DE CND (CN, art. 667, inciso XV)

**13** Em uso o arquivo nº **01**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **13.1** A serventia efetua a validação do documento, na forma do artigo 681, § 5º do Código de Normas e observa a obrigatoriedade da anotação do livro e folhas em que foram utilizadas (**CN, art. 681, § 8º**)? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

## ARQUIVO DE GUIAS DO FUNREJUS (CN, art. 667, inciso XVI)

**14**

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **14.1** Constam das guias referências aos atos praticados, às datas respectivas e às bases de cálculo utilizadas? | | |
| **14.2** Nos casos analisados por amostragem, a guia do FUNREJUS foi recolhida no prazo, ou seja, antes ou na data da lavratura do ato (Instrução Normativa nº 03/2006-FUNREJUS)? | | |
| **14.3** Os recolhimentos realizados resultam da aplicação de 0,2% ao valor do ato ou do negócio? | | |
| **14.4** O recolhimento ao FUNREJUS sobre as escrituras de inventário e partilha (Lei 11.441/07) seguem a regra do artigo 3º, inciso VII, da Lei Estadual 12.216/98 e do artigo 5º, inciso VII, do Decreto Judiciário 153/99, incidindo o percentual de 0,2% sobre o valor da totalidade dos bens objeto da partilha? | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

| | | |
|---|---|---|
| **14.5** Nas hipóteses de que trata o artigo 3º, inciso VII, alínea b, número 15, da Lei nº. 12.216/98, consta na escritura declaração do funcionário público, sob as penas da lei, de que o imóvel destina-se à sua residência, sob pena de não configurar a hipótese de isenção legal? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**a)** Nas escrituras públicas o valor da transação deverá ser o de mercado, lembrando que por ocasião do registro, poderá o (a) Tabelião (ã) impugnar o valor atribuído visando a atualização do valor do imóvel – CN, art. 62 e, por outro lado, a consequente atualização dos valores devidos ao FUNREJUS.

**b)** nos termos do item 9 da Instrução nº. 01/1999, "*deverão ser atualizados os atos que apresentarem valores desatualizados, assim entendidos os praticados há mais de três meses*".

**c)** para os negócios jurídicos valorados, mas sem expressão em unidade monetária, utilizará no cálculo da taxa devida ao FUNREJUS, sempre que possível (p.ex. produtos agrícolas e semoventes), a cotação média do produto na região, de acordo com os indicadores oficiais na data do ato.

## ARQUIVO DE COMUNICADOS DA DOI À RECEITA FEDERAL (CN, art. 667, inciso XVII e 687)

**15** Em uso o arquivo nº **06**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **15.1** Nos atos analisados por amostragem constatou-se regularidade no envio da DOI à Receita Federal? | | |
| **15.2** O envio da DOI é realizado mensalmente? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Recomenda-se, sempre que, houver dúvida no dever de realizar a comunicação de atos envolvendo imóveis, que se proceda ao envio da DOI na forma da Instrução Normativa nº 1112/10 da SRF, pois não há qualquer penalidade para comunicação de atos que ela não se fazia necessária.

## ARQUIVO DE COMUNICADOS AO DISTRIBUIDOR (CN, art. 667, inciso XIV)

**16** Em uso o arquivo nº **07**.

| | SIM | NÃO |
|---|---|---|
| **16.1** Pelas relações, analisadas por amostragem, cumpre com rigor a periodicidade dos comunicados, encaminhando-as a cada dez dias, pelo sistema mensageiro ou por meio de transmissão eletrônica de dados (**CN, art. 680, § 1º**)? | | |
| **16.2** Observa o Decreto Judiciário n. 744/2009 e recolhe as custas através de guia (FUNJUS)? | | |
| **16.3** Mantem as guias do FUNJUS anexadas às relações? | | |
| **CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES** | | |
| | | |

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

**a)** Tendo em vista os valores cobrados pelos boletos gerados pelos bancos ao Distribuidor e visando gerar economia e privilegiar a racionalização do serviço, determina-se que os comunicados sejam encaminhados no prazo exato de 10 (dez) dias, nem menos, nem mais, para que haja três comunicados por mês.

**b)** Ademais, deverá encaminhá-las, em formado doc para o



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

Distribuidor, buscando apenas a via em papel com os selos físicos, após o registro, isso enquanto não for implantado o selo digital.

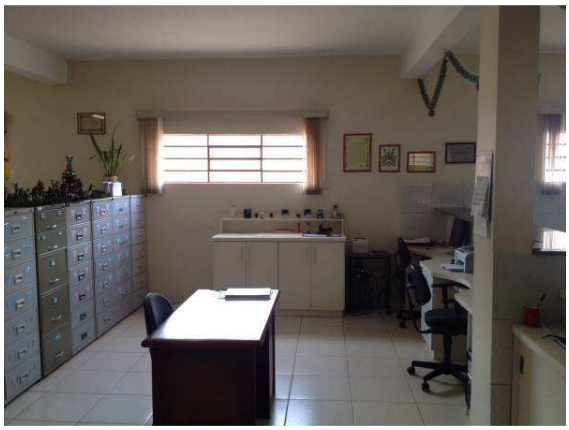
**c)** Por força do Decreto Judiciário n. 744/2009, a partir de 1º de outubro de 2009 todos os recolhimentos ao Serviço Distribuidor para o fornecimento de certidões ou registro de escrituras deve ocorrer através "quitação bancária, mediante o pagamento de boleto bancário expedido unicamente pelo Sistema Uniformizado" (art. 5º), acessível através da página do Tribunal de Justiça na internet, mediante o seguinte procedimento:

SÍTIO ELETRÔNICO: **www.tjpr.jus.br**

**O R I E N T A Ç Ã O  D E  S E R V I Ç O**

Desta forma, vedado o pagamento de emolumentos diretamente na Serventia, cabendo ao Tabelião manter arquivadas as guias de recolhimento, a serem apresentadas na próxima Correição-Geral.

## IMAGENS DA SERVENTIA



## AO (À) AGENTE DELEGADO (A)

**1.** Realizar todas as regularizações determinadas e apresentar os documentos referidos na ata correicional.

**2.** Concedem-se **30 (trinta) dias** para a efetiva revisão e regularização do apontado nesta Ata, com apresentação de certidão de regularidade item a item ao doutor Juiz de Direito, para que proceda à conferência do cumprimento de todas as determinações contidas nesta Ata.

## JUIZ (ÍZA) CORREGEDOR (A) DA COMARCA

**1.** Proceder à aferição pessoal da regularização de cada item apontado como irregular nesta Ata Correicional;

**2.** Em **noventa (90) dias**, anexar ao presente SEI, relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas, juntamente com a certidão de regularidade, item a item, emitida pelo Sr. Agente Delegado.

## CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

**1**. À Divisão Jurídica para as providências necessárias.

## CONCLUSÃO

Declarando encerrada a Correição pelo Corregedor da Justiça e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao Doutor Juiz de Direito Corregedor da Comarca.

Des. Robson Marques Cury
Corregedor da Justiça



*Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE*